

INTEGRALISTAS E SUFRAGISTAS – A MOVIMENTAÇÃO FEMININA POR DIREITOS NO BRASIL DOS ANOS 1920 E 1930

Micheli Milene Martins ¹

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade investigar a participação de mulheres sufragistas no Movimento Feminista e a das Blusas Verdes na Ação Integralista Brasileira AIB no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. Propõe ainda elencar suas reivindicações e verificar se havia e quais eram as diferenças entre ambas.

Palavras-chave: Feminismo; Integralistas; Sufragistas; Brasil;

1 - INTRODUÇÃO

Não é possível escrever sobre as sufragistas sem antes discorrer sobre o Movimento Feminista.

De acordo com Soares (1994), como conceito de feminismo entende-se como a ação política das mulheres, onde se engloba teoria, prática e ética, reconhecendo as mulheres, historicamente, como sendo sujeitos da transformação de sua própria condição social.

¹ Graduanda em História da Universidade Sagrado Coração de Bauru. Projeto realizado sob a orientação da Prof^a Dr^a Ms Lourdes Conde Feitosa e Prof. Ms. Roger M. M.Gomes.

As reivindicações feministas só se fizeram possíveis a partir das ideias iluministas, como a liberação dos preconceitos, os horizontes da emancipação, a universalização da razão (PETIT, 1993) p,7.

O feminismo propõe que as mulheres transformem a si mesmas e ao mundo, permitindo que se expressem tanto individuais como coletivamente e existenciais, tanto nas artes, na teoria e na política.

Sua principal proposta era a libertação da mulher e não somente sua emancipação, sendo correto dizer que há diferenças entre libertar e emancipar.

Ferreira (2001) escreve que emancipação significa tornar-se independente e desfrutar de direitos civis, ideias essas que concordam com o posicionamento de Betto (2001), quando esse afirma:

Emancipar-se é equiparar-se ao homem em direitos jurídicos, políticos e econômicos. Libertar-se é querer ir mais adiante, [...] realçar as condições que regem a alteridade nas relações de gênero, de modo a afirmar a mulher como indivíduo autônomo, independente [...] (Betto, 2001).

2 - SUFRAGISTAS – EM DEFESA DO VOTO

Sempre que se fala em feminismo, a primeira ideia é a de que a luta por direitos e igualdade aconteceu somente no final do século XIX e por todo o século XX. Mas sabemos que ao longo da história que muitas mulheres se rebelaram contra sua condição servil, que lutaram por liberdade e muitas pagaram com suas vidas por isso. A Inquisição da Igreja Católica contribuiu muito para isso, pois foi implacável com qualquer mulher que desafiasse os seus dogmas.

Com a chegada da modernidade relacionada às Revoluções Industriais, a primeira onda do feminismo aconteceu na Inglaterra, no final do século XIX, quando as mulheres se organizaram para lutar pelos seus direitos e o que mais se

popularizou foi o direito ao voto. Ficaram conhecidas como as *sufragetes*. Promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas, fizeram greve de fome e por fim, num ato trágico, a feminista Emily Davidson, numa corrida de cavalos, atirou-se em frente do cavalo do Rei, perdendo assim sua vida. Era o ano de 1913. As mulheres do Reino Unido conseguiram o direito ao voto no ano de 1918.

Segundo PINTO (2004), o movimento sufragista tinha uma expressão de bem comportado, um tanto conservador, tratando de assuntos superficiais e objetivando nesse momento, as boas relações sociais sem os questionamentos de gênero.

O feminismo surge e se organiza como movimento estruturado, a partir do fenômeno da modernidade, acompanhando o percurso de sua evolução desde o século XVIII, tomando corpo no século XIX, na Europa e Estados Unidos, transformando-se também, em instrumentos de críticas da sociedade moderna. E, apesar da diversidade da sua atuação, tanto nos aspectos teóricos, quanto nos aspectos práticos, o Feminismo vem conservando uma de suas principais características que é a reflexão crítica sobre as contradições da modernidade, principalmente, no que tange a libertação das mulheres (SILVA, 2008).

3 - SUFRAGISTAS NO BRASIL – EM DEFESA DO VOTO

O movimento feminista no Brasil surgiu com a exclusão das mulheres dos espaços públicos. Essas mesmas mulheres travaram lutas, fizeram pressão política e foram ousadas em artigos publicados nos jornais e nos pedidos de apoio a população em geral. Elas eram de origem burguesa, letradas e ousaram em questionar poderes e ocupar o espaço masculino na política. E mesmo com o conservadorismo de uma sociedade patriarcal e machista, deu início a uma série de

ações para que as mulheres brasileiras ampliassem seu espaço social, econômico e político.

Campos de estudo reconhecem que homens e mulheres ocupam diferentes posições na sociedade e as relações de poder entre eles escondeu o segundo em detrimento do primeiro, como se a história fosse feita apenas por homens (SCOTT, 1990).

As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra esse bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar (PERROT, 2005).

O Partido Republicano Feminino foi fundado em 1910 pela baiana Leolinda Dalto, com a intenção de representar a mulher nas esferas políticas de forma direta (direito ao voto).

O estatuto do partido dá uma ideia muito clara do que pretendiam essas mulheres: não defendiam apenas o direito ao voto, mas falavam de emancipação e independência. Atribuía à mulher qualidades para exercer a cidadania no mundo da política (o patriotismo) e no do trabalho. E, extrapolando a questão dos direitos, propugnavam o fim da exploração sexual, adiantando em mais de 50 anos a luta das feministas da segunda metade do século XX (PINTO, 2003).

Nesse mesmo ano de 1910 foi criada a Associação Feminista, de cunho anarquista e com forte influência sobre as operárias. Reuniam-se na “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”, onde em 1917 proclamam: “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação das mulheres nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes”(PINTO, 2003) p.35

Mas as lutas pelo voto só voltaram a ganhar força em 1920, com a volta de Bertha Lutz da Europa e com a criação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, não sem antes de haver um debate travado na constituinte, onde se discutiu se a mulher poderia participar da política, sem prejudicar a família brasileira ou mesmo se teria ela intelecto para a vida pública (PINTO, 2003).

Dividindo opiniões, dentre os defensores do movimento estavam Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca (futuros presidentes da República). Na oposição, estava Epitácio Pessoa, que reconhecia partes dos direitos da mulher, mas opunha-se ao voto. Debatiam sobre isso com base na suposta função da mulher e sua suposta aptidão para o mundo agressivo da política.

No trecho abaixo, de Muniz Freire, percebe-se claramente como a sociedade usa a política como um artifício, segundo análise de VARIKAS (2003), sobre o estender o voto às mulheres:

Com o maior respeito, que devo aos autores de semelhante ideia e àqueles que a adotam, devo declarar, Sr. Presidente, que essa aspiração me afigura imoral e anárquica [...] porque, no dia em que a convertermos em lei pelo voto do congresso, teríamos decretado a dissolução da família brasileira [...] a mulher sempre teve, e cada vez mais, a função que lhe é própria [...] querer desviar o espírito feminil desse dever, dessa função, que é a base de toda organização social, cujo primeiro grau é a família, para leva-lo ao atrito das emulações práticas, é decretar uma concorrência dos sexos em relações da vida ativa, nulificar esses laços sagrados da família em torno da vida puramente doméstica da mulher, e corromper a fonte preciosa da moralidade [...]

Continuando:

O homem é, pela sua superioridade de caráter, votado principalmente para as labutações da vida ativa, a mulher, pela superioridade de afetos, tem na sua vida doméstica o seu destino a realizar.

Já o congressista Barbosa Lima dizia que não faria qualquer diferença conceder o direito ao voto às mulheres, pois:

[...] Toda a sua dedicação para com o filho não só quando o alimenta, como durante a primeira infância, é pouco atenta quanto a complexidade da educação. [...] Dê à mulher a faculdade de votar e raríssimas serão as que troquem os encantos do seu nobre emprego pela ingratidão dos embates eleitorais ou pela secura e aridez das lutas parlamentares [...]

Para BESSE (1999), o progresso por que passava o país, a chegada dos imigrantes, a migração do campo para a cidade, as novas ideologias, as invenções

do fim do século XIX, como o rádio, o trem, cinema, a fotografia, o telégrafo e o telefone, só aumentava a obsessão com os papéis que as mulheres deveriam seguir na sociedade. Com as novas teorias científicas sendo aplicadas, e o contato que as elites tinham com os estudos em sociedades mais avançadas e a educação prestigiada que algumas mulheres tinham acesso em outros países, eram avanços que necessitavam ser controlados, somente assim o progresso seria o único caminho possível. Fazia-se necessário vigiar a sexualidade das raças e das mulheres, cuidando para que o casamento, a maternidade e a educação feminina não fossem desvirtuados.

Mesmos os congressistas defensores o faziam sem qualquer questionamento de seus papéis. Costa Machado acredita que a questão seja de direitos, que a mulher deve ter os mesmos direitos. E que assim como a República foi vista como uma utopia pelos monarquistas, mas venceu, há de vencer também o direito das mulheres.

Estou convencido que estes que contestam o direito das mulheres na vida pública quando vencidos farão melífluos discursos e dirão – sempre fui partidário da mulher, sempre combati para que ela tivesse na direção do país o mesmo direito que os homens, como poderia consentir que os verdadeiros anjos tivessem posição subalterna!

E ainda:

A mulher é dotada de inteligência, ela ama este país, ela é instruída, ela paga imposto, e entretanto não pode votar, não pode exercer o direito de voto, que é tão pequenino e mesquinho, ao passo que um homem que só tem a enxada, que apenas sabe ler e escrever um bocadinho, possa votar e ser votado?

E concluindo sua defesa, questiona como que o fato delas (mulheres) exercerem profissões públicas (advocacia, magistério, medicina, entre outras), profissões essas que exigem muito mais do seu tempo não desorganiza a família, ir um dia para deixar seu voto poderia?

Mesmo com toda a discussão, a Constituinte não define se a mulher deve ou não votar. As eleições de 1909, a primeira a ter candidatos em lados opostos, desperta a opinião pública. Hermes da Fonseca sai vitorioso sem ser unanimidade.

Rui Barbosa teve votação expressiva nas regiões mais independentes, e mesmo sendo defensor dos direitos liberais, não levantou a bandeira sufragista, embora na constituinte defendia a igualdade de direitos (PINTO, 2003).

Com as exclusões na constituinte, várias revoltas e manifestações populares eclodiam no cenário nacional. A República dava seus passos sem conseguir fundar uma república democrática e livre (COSTA, 2010). Poucos se beneficiavam com os direitos civis e políticos. Os direitos sociais não faziam parte do cenário governamental, estando a cargos de instituições religiosas e particulares (CARVALHO, 2002). Com o coronelismo e as fraudes eleitorais, deixando de lado a preocupação em votar, qual seria a real vantagem de participar desse sistema, por que as mulheres da elite se preocupavam tanto com isso?

Provar que eram capazes de ocupar esse espaço tão difícil de alcançar sem masculinizar-se era uma delas. Os tempos eram outros e era também uma forma de participar do progresso do país. A estratégia do movimento era manter-se moderado, para provar que podiam fazer as duas coisas: participar da política sem prejudicar a família e as estruturas sociais (SOIHET, 2006).

Apesar de manterem o tom moderado nos debates em jornais e nas reuniões, eram enfáticas quando falavam do dever das mulheres serem instruídas e cidadãs participativas.

Do ponto de vista político-econômico o Brasil passava pela industrialização e pela contestação do poder da elite cafeeira. Surgiram nesse período vários movimentos que expressavam bem esse cenário: a criação do Partido Comunista Brasileiro, o Movimento Modernista com sua crítica antropofágica nacional e com mais força ainda, o Movimento Feminista.

Em suma, foi um momento de suma efervescência e busca de soluções para os problemas do Brasil nos mais diferentes âmbitos, observando-se o empenho de inúmeros intelectuais em dar ao país uma face nacional moderna através de uma cultura que integrasse as diversidades. E o movimento de reconhecimento de direitos das mulheres inseria-se nesse bojo (SOIHET, 2003)

Com todos os embates, conferências, mobilização e movimentação, as mulheres só conseguiram o direito ao voto em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral Brasileiro.

4 - INTEGRALISTAS – QUEM ERAM AS BLUSAS VERDES

O movimento conhecido como Ação Integralista Brasileira AIB teve como fundador e principal propagador Plínio Salgado. As características fascistas do integralismo surgiram quando das viagens que o mesmo fez pela Europa, principalmente pela Itália, quando se identificou com as mesmas. Lançou em São Paulo no dia 07 de Outubro de 1932 o manifesto que marcou a fundação oficial da AIB com o lema: Deus, Pátria e Família.

Seguindo os moldes do fascismo italiano, a obediência seria total ao chefe e aos superiores hierárquicos. O uso do uniforme que era a camisa verde, calça escura, gravata preta e braçadeira na manga esquerda com a letra grega sigma, sinal matemático de soma ou integral era obrigatório nas cerimônias do movimento. Usavam como saudação a palavra indígena tupi anauê. No caso das mulheres, a blusa seria verde, numa maneira de representar o movimento que primeiramente os homens aderiam, e por consequência traziam suas mulheres e filhos e todos passavam a seguir os preceitos integralistas.

Embora a Igreja Católica no Brasil não tenha assumido uma postura político partidária integralista os discursos católicos se estavam presentes nas produções de discursos integralistas (SILVA, 2004) p.74. E embora o movimento estabelecesse quais os espaços que a mulher deveria ocupar, a modernidade fatalmente levou a mulher para os espaços públicos, inadequados para o feminino e para descontentamento dos mais conservadores.

Era permitido à mulher que ela exercesse o magistério, nos anos iniciais, como se fosse a extensão do lar. Afirmavam que as mulheres tem uma inclinação

natural no trato com crianças, sendo as mães as primeiras e naturais educadoras, sendo assim o magistério o prolongamento do seu lar (SIMÕES. 2003).

Através de práticas assistenciais de saúde e educação, difundiam assim o discurso de preservação do corpo, defendendo assim o discurso integralista de moral e ética.

A AIB se valia de diferentes discursos para propagar suas ideias de como deveria se portar a mulher nesse momento de transformação que a sociedade passava, tendo visto que muitas dessas mulheres integralistas trabalhavam em fábricas, nesse caso, um lugar público. Isso era visto com maus olhos pela sociedade, mas a verdade era que a necessidade as obrigava pois, maridos abandonavam mulher e filhos, cabendo a elas o sustento da família. E nesse momento as blusas verdes entravam com o discurso anticomunista, já que o comunismo permitia o trabalho feminino em fábricas, discurso esse alertando sobre os perigos que rondava esses espaços públicos. Para os integralistas a unidade familiar era de suma importância para a transformação dessa realidade, *“tirem a família ao homem e fica o animal; façam dele a peça funcionando no Estado e teremos o autômato, infeliz, rebaixado de sua condição superior”*(BARROSO, 1935).

Na sociedade conservadora dos anos 1930, o tripé Deus, Pátria e Família construído pelo integralismo foi grandemente aceito, principalmente no Nordeste, com a finalidade de combater o comunismo, que segundo Barroso, seria a destruição da família. E assim era esse o papel das blusas verdes: difundirem o discurso de que o papel da mulher seria no seio do seu lar com seu papel de mãe, esposa e dona de casa.

5 - DEFENDENDO A HONRA

Na militância integralista a defesa da honra implicava na sua honra sexual. Sendo a mulher a guardiã da honra lhe trazia várias proibições, pois os espaços públicos ofereciam perigos que poderiam destruir sua reputação. *“Um provérbio*

compara a honra da mulher a um cristal, que, partido, não tem conserto” (RIBEIRO, 1998). Ao longo da história a mulher é retratada como um ser apático, sempre manipulado pelas mãos masculinas, pois além de fazer parte da vida social, era o mesmo que manuseava a escrita da história, ficando a mulher sempre à margem do fazer historiográfico.

Para difundir o seu discurso de que a defesa da honra era justamente os espaços inadequados, as mulheres da AIB visitavam bairros humildes, tendo como finalidade de arrebanhar esse público feminino para o movimento, onde as orientavam a respeito da higiene e do cuidado com os filhos. Plínio Salgado investiu na Revista Brasil Feminino transformando-a num meio de comunicação integralista em nível nacional. Havia secretarias para atender as necessidades das mulheres com a finalidade de orientar e controlar não apenas a mulher integralista, mas também as que estavam sob os perigos da sociedade, e eram os espaços públicos que ofereciam tais perigos.

Denunciando a exploração do trabalho feminino sempre sob o ângulo do atentado ao pudor, o discurso operário reforça a representação da fábrica como espaço pouco indicado para a delicada presença feminina e, deste modo, a intenção de preservação da mulher contra a imoralidade do processo de trabalho atua no sentido de defender o espaço masculino na produção e de valorizar a força de trabalho do homem. (RAGO, 1890-1930)

Preocupava os homens o fato das mulheres estarem tirando as suas oportunidades de trabalho e por consequência tirando das mulheres as suas verdadeiras responsabilidades. Defendiam o confinamento da mulher sob a sombra de um protetor (pai, marido, tutor ou irmão). Ser desonrada era algo vergonhoso tanto para a mulher como para a família, a sociedade cobrava a responsabilidade com o próprio corpo. A mulher deveria se guardar para o casamento, não deveria ter certas liberdades. A AIB educava que alguns exercícios físicos eram proibidos, os exercícios deveriam ser delicados. A ideia era a de que as blusas verdes deveriam estar sempre saudáveis para povoar a pátria. *A AIB parecia estar muito mais preocupada com a questão eugênica e geracional da beleza do que a satisfação*

pessoal e a autoestima feminina. Compreendia que, sendo bela a mulher apta estaria para gerar uma prole forte e sadia (SIMÕES, 2009).

As blusas verdes atuaram em defesa da honra tentando, com o discurso integralista, retirar as mulheres dos espaços públicos, e tinha para a mulher o modelo católico de estabelecer o privado. O movimento usava a igreja católica para legitimar o enquadrar a mulher nos moldes da moral e dos bons costumes, e ensinavam o que a verdadeira mulher patriótica deveria seguir e que esse “troféu” seria atrelado a sua vida e de como seria vista pela sociedade. O homem tinha a responsabilidade de resguardar como pai e como marido, e serio o grande prejudicado se a honra feminina fosse violada.

6 - RAINHAS DO LAR

Na visão do movimento, a mulher era exaltada pela simplicidade, sendo-lhe negado o apego a moda, um símbolo da modernidade. Seria degradante para o homem se sua mulher trabalhasse numa fábrica para complementar a renda, sendo isso encarado como o escravizar a mulher, destituindo-a de sua verdadeira vocação. Havia uma conscientização sobre as doenças sexualmente transmissíveis, sobre a tuberculose e a higienização dos filhos. Mas sua verdadeira finalidade era a maternidade.

Por meio da educação feminina, a medicina procurou atingir o aperfeiçoamento físico e moral da mulher, mãe e das futuras gerações do país. A mulher é considerada como um agente familiar de higiene social e responsável por garantir a moral da sociedade (ENDRICA, 2001).

Com esse discurso, esperavam as blusas verdes preparar o futuro da nação com os preceitos da moralidade.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento Feminista Brasileiro foi além dos limites do seu conceito e status. Da demanda e da pressão tanto política quanto social na defesa de seus interesses específicos. Entrou nas mais diferentes esferas do Estado, onde interagiu com ele e mesmo assim permaneceu como um movimento autônomo. Com as conquistas de conselhos, ministérios e outros, elaborou e executou políticas.

Nos seu início, a razão de ser do Movimento Feminista foi o de dar poderes às mulheres, muito embora ainda hoje seja tímido o seu interpelar mulheres para atingirem o mundo público. No seu espaço, reivindica, pressiona, monitora a atuação do Estado, não apenas visando garantir o atendimento de suas demandas, mas o de acompanhar a forma como estão sendo atendidas.

Essa participação na cena política abre a possibilidade de discussão sobre as representações sociais, colocando em xeque a hegemonia masculina dentro do próprio movimento.

Apesar da historiografia apresentar-nos poucos nomes de mulheres sufragistas e feministas, destaca-se o de Bertha Lutz. Ficou claro que as sufragistas eram mulheres da elite, letradas e em sua maioria com estudos em países europeus.

A questão da mulher na política é um tema contemporâneo e a questão não é saber o porquê não houve grandes estadistas na história, mas sim qual o espaço que a História reservou para as mulheres.

Ele (o movimento) nasceu das lutas coletivas de mulheres contra o sexismo, contra as condições de aversão e a inferiorização do feminino, transformadas nas práticas de subordinação das mulheres. Tem uma característica única: produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria.

O movimento feminista, durante toda a sua existência, adotou como referencial de luta, o homem. Logo, a repressão passa a ser exercida pela mulher contra si mesma, a partir do momento em que se obriga a ocupar um lugar no mundo do homem, da mesma forma que ele faz, tomando como verdadeiro o modo de vida estabelecido pelo homem, outrora opressor e dominador.

Ao lutar para romper com as regras, acaba-se por gerar novas regras, às quais se fica novamente presa, os tabus são outros, novas formas de aprisionar-se. Primeiro foi prisioneira de concepções que a impediam de desenvolver e expressar suas potencialidades cognitivas, profissionais. Em seguida, ao conquistar um relativo direito de igualdades, foi advertida de que teria de agir como um homem: dominar as emoções e sentimentos, entender de carros, pagar contas, priorizar a carreira em detrimento dos filhos e casamento, instituições que a subjugava e reprimia. Após a conquista do seu espaço ainda que “masculinizado”, a mulher busca atingir a sua maturidade, entendendo que a profissão não a impede de ter uma família (esposo e filhos) e vice-versa. Ela está, com isso, se redefinindo social e culturalmente. Outra vez o sexo feminino está questionando o seu papel, o exercício da sua feminilidade e a implicação das vitórias alcançadas.

E em um lugar dessa história de lutas, sufragistas e integralistas cruzam o seu caminho e se unem por um ideal comum: a lutas das mulheres nas fábricas.

Sabe-se que o integralismo é considerado como o primeiro movimento de massas do país, chegando suas ideias em diferentes cidades de norte a sul. Novos conceitos estavam sendo estabelecidos e muitas famílias tradicionais não apoiavam tais mudanças, e portanto aderiram a causa integralista.

Duas eram as facetas das mulheres integralistas: as patrícias eram as que exaltavam a pátria, e se destacaram pela militância, sendo úteis na divulgação de ideias. Preocupavam-se com a educação, mas não no sentido de emancipação que ia de encontro às ideias do movimento. Queriam a educação para a mulher ser uma melhor mãe, dona de casa perfeita, boa esposa, servil ao marido.

As blusas verdes prestavam serviço de assistência social, visto que isso não fazia parte dos planos governamentais e de assistencialismo preventivo, sendo consideradas excelentes enfermeiras. Foram treinadas para serem rainhas do lar, mas

também para exercerem as funções que à elas sempre foram conferidas: cuidar do lar, dos maridos; esses sempre provedores; dos filhos. Filhos esses que seriam educados por uma mãe que os educaria nos critérios integralistas. Deveria cuidar do seu corpo, pois eram através delas que nasceriam novos militantes, portanto, ter saúde era fundamental. E fundamental também era a sua missão: procriar.

Por fim, podemos afirmar que o Feminismo, seja qual for a sua luta é antagônico ao Integralismo. O primeiro luta pela igualdade de direitos e o segundo pela obediência total ao chefe e ao marido. Dentro dos lugares sociais que lhe permitiram, elas atuaram em defesa da causa que acreditavam, exaltando-as como rainhas dos seus lares e defensores da moralidade sua nação.

“Que rumor é este, trocas verbais no interior de uma sociedade que se ouve nas esquinas, nos bares, nas salas de jantar e na de aula, nos ônibus superlotados e nos carros de luxo? O feminismo acabou? O infinito e insidioso ruído do discurso social sussurrado, explicitado, demonstrado, sugere a desnecessária continuidade de um movimento tornado obsoleto diante das ‘evidentes’ conquistas das mulheres: no plano político já podem votar e serem votadas, qual a queixa? São minoria nos altos postos legislativos e judiciários? Questão de tempo. No campo profissional as portas se abrem, para algumas eleitas. Questão de competência. Salários desiguais para tarefas idênticas? Os ajustes se fazem aos poucos...”(Tania Navarro Swain)

8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Gustavo. **O que o Integralista deve saber**. Rio de Janeiro – Civilização Brasileira – 1935

BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade. Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940**. São Paulo: EDUSP, 1999.

BETTO, Frei. **A marca do batom**; Como O movimento feminista evoluiu no Brasil e no mundo. ALAI, América Latina em movimento, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. 3. ED. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: Momentos decisivos**. São Paulo: EDUSC, 2010.

ENDRICA, Geraldo. **Entre a raça e a nação**: a família como alvo dos projetos eugenista e integralista de nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930. (Dissertação) Mestrado em História – UNICAMP – IFCH, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Miniaurélio Século XXI**: o minidicionário da língua portuguesa. 5ª ed.rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, São Paulo; EDUSC, 2005.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Adamo, 2003.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar. 1890-1930). 2ª edição.

RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no antigo regime**. São Paulo: Moderna, 1998.

SCOTT, J. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica**. *Mulher e Educação: Revista Educação e Realidade*, vol. 15, n.2, julho/dezembro, 1990.

SILVA, Giselda B. **Corpo e Discurso**: uma abordagem Histórico discursiva do corpo integralista como transgressor da ética e da moral cristã.

SIMÕES, Renata D. **Ação Integralista Brasileira**: Educando mulheres para as funções de professora e mãe de família. 2009.

SOARES, Vera. **Movimento Feminista. Paradigmas e desafios**. *Estudos feministas*, Rio de Janeiro, ano 2, julho/dezembro. 1994.

SOIHET, R. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora Mulheres: Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

VARIKAS, E. **Naturalização da dominação e poder legítimo na teoria política clássica**. *Estudos feministas*, Florianópolis, 2003.

